



Campanha Quem não Deve não Teme

Objetivos Específicos

- Informar sobre direito de fiscalização das contas públicas e contribuir para acesso pleno a estas;
- Mobilizar entidades e cidadãos(ãos) numa atuação em rede nos meses de abril e maio;
- Motivar atuação de grupos na área de políticas públicas;
- Estimular a participação popular e o controle social através da fiscalização das contas públicas
- Inserir a temática nas mídias no período da fiscalização.
- Exigir atuação do Ministério Público;

Histórico

- Experiências concretas desenvolvidas por várias entidades nas temáticas de políticas públicas ao longo dos anos - municípios do interior do Estado da Bahia (Araci, Valente, Lençóis, Chapada Diamantina, etc) e Piauí (Força Tarefa Popular);
- Campanha - resgate dessas iniciativas, com o desafio da atuação articulada em Rede;
- Acúmulo de experiências (potencialidades) X cenário de autoritarismo, favoritismos e submissão política ainda predominante (limites);

Significado Político – Social

- 1) Exercício da fiscalização como mecanismo imprescindível para fortalecimento da democracia e controle social das políticas públicas;
- 2) além da fiscalização que detecta irregularidades, importa a avaliação de prioridades nos gastos públicos e a discussão sobre a efetividade das políticas implementadas;
- 3) Estímulo à participação política no âmbito do poder LOCAL (esfera mais próxima, mais acessível ao cidadão);
- 4) Busca de uma CIDADANIA ATIVA, baseada numa ação coletiva, permanente, voltada também para a construção de direitos;
- 5) Dimensão educativa, integrativa e de controle social.

A Campanha em números DADOS GERAIS

| 2005 | 2006 | 2007 |
|---|--|---|
| - 117 Municípios mapeados | - 202 municípios mapeados | - 130 municípios mapeados |
| ----- | - tentativa de acesso às contas em 84 municípios | - tentativa de acesso em 52 municípios |
| - 31 Municípios conseguiram acessar as contas | - 61 municípios conseguiram acessar as contas | - 37 municípios conseguiram acessar as contas |

Estratégias de Atuação

2) JURÍDICA INSTITUCIONAL

- Mobilização do Ministério Público: envio da Petição da Cidadania Ativa (2005 e 2006)
- Questionário aos promotores dos 417 municípios baianos (2005 e 2006);
- Envio de cartas para as prefeituras e câmaras municipais (2007);
- Questionário para grupos (2005, 2006 e 2007)
- Emissão de Recomendação Geral pelo Procurador;
- Realização e acompanhamento de denúncias;
- Modelo de TAC;
- Projeto de Lei Estadual.

- **Contatos com prefeituras e câmaras do interior**

| | 2005 e 2006 | 2007 |
|-------------------|--|--|
| Atividades | Envio de petições da cidadania atividade para todos os promotores do Estado da Bahia | Envio de cartas para prefeituras e câmaras dos 417 municípios da Bahia |
| Resultados | Respostas dos promotores | Respostas de prefeituras e câmaras |
| Impactos | Sensibilização dos promotores para a questão da disponibilidade | Justificação das prefeituras e câmaras |

- **Relação com o Ministério Público**

| | 2005 | 2006 | 2007 |
|-------------------|--|--|--|
| Atividades | <ul style="list-style-type: none"> - Realização de reuniões; - Convite para o lançamento da Campanha- Envio de ofício requerendo a recomendação - Envio de questionários | <ul style="list-style-type: none"> - Realização de reuniões; - Envio de ofício requerendo a recomendação- Realização do encerramento na sede do MP - Envio de questionários - Envio do ofício apontando as dificuldades encontradas no ano anterior; | <ul style="list-style-type: none"> - Envio de ofício requerendo a recomendação e relatando as dificuldades encontradas nos anos anteriores; |
| Resultados | <ul style="list-style-type: none"> - Recomendação da Procuradoria Geral; - Retorno dos questionários | <ul style="list-style-type: none"> - Recomendação da Procuradoria Geral; - Retorno dos questionários | <ul style="list-style-type: none"> - Recomendação da Procuradoria Geral; - Recomendação para realização de táxi em 57 municípios; - Ingresso com ACP - Realização de TAC |
| Impactos | <ul style="list-style-type: none"> - Maior visibilidade institucional da fiscalização popular das contas públicas; - Sensibilização da Procuradoria para a questão da disponibilidade das contas públicas; - Persistência das dificuldades em relação aos promotores no interior; | | |

- **Denúncias ao Ministério Público**

| | 2005 | 2006 | 2007 |
|-------------------|---|--|---|
| Atividades | - Encaminhamento de 16 representações aos promotores; | - Encaminhamento de 26 representações aos promotores;- Encaminhamento de 14 representações à Procuradoria Geral de Justiça | - Encaminhamento de 16 representações ao Ministério Público |
| Resultados | - dificuldades de encaminhamentos e arquivamento de denúncias | - dificuldades de encaminhamentos e arquivamento de denúncias | - dificuldades de encaminhamentos e arquivamento de denúncias |
| Impactos | - Pouca sensibilidade dos promotores nos casos de violação do direito de fiscalização das contas públicas | | |

- **Relação com o Tribunal de Contas**

| | 2005 | 2006 | 2007 |
|-------------------|--|--|--|
| Atividades | - convite para lançamento; - Envio de ofício. - Análise dos pareceres | - Convite para lançamento e encerramento | - Análise dos pareceres; |
| Resultados | ----- | ----- | - Inserção nos pareceres do tópico da disponibilidade; - Aprovação de contas mesmo com a constatação da violação do direito |
| Impactos | - Sensibilização dos conselheiros para o direito de fiscalização popular; - Pouca relevância do TCM em relação à violação do direito de fiscalização; | | |

MOBILIZAÇÃO E FORMAÇÃO

- Lançamentos regionais e estadual da Campanha;
- Oficinas e seminários de formação;
- Caravanas de fiscalização e realização de palestras para sensibilização para a Campanha;
- Distribuição de material didático -informativo;
- Contatos institucionais na Bahia e no Brasil.

DADOS GERAIS EM 2006 – ANO II

- Mapeamento em 2006 de 202 municípios.
- 64 municípios participaram de atividades de formação, caravanas e reuniões.
- 109 municípios foram contatados diretamente por telefone e/ou por meio eletrônico.
- Do total de municípios mapeados a Campanha conseguiu diagnosticar se houve ou não acesso às contas em 84 municípios, dados que são quase o dobro do Ano I, 2005

A Campanha em números

Dos 84 municípios que buscaram fazer fiscalização em 2006:

- 59 municípios não tiveram acesso às contas (incluídos, aqui, os que tiveram acesso dificultado), ou seja, em 70% não houve acesso, contra 30% em que se obteve acesso às contas.
- 11 municípios são reincidentes, ou seja, sem acesso ou com acesso limitado (restrição de horário, de pessoas, ausência de pastas, disponibilidade fora do prazo, dentre outras) em 2005 e 2006.
- 26 municípios fizeram alguma denúncia ao promotor (31% da amostra).

A Campanha em números

Dos 84 municípios que buscaram fazer fiscalização em 2006:

- **Novidade: Acesso ao Promotor**
52 municípios indicaram a acessibilidade do Promotor. Sendo que: em 25 municípios, o promotor foi considerado acessível e, em 27 municípios (52% dos casos), não acessível ou acessível com dificuldade (ausência de promotor no município, hostilidade, formalismo excessivo).
- Dos 417 municípios que receberam a Petição da Cidadania Ativa e Recomendação da Procuradoria Geral de Justiça, em 81 municípios (cerca de 20% dos municípios) o promotor deu retorno à recomendação da PGJ.

A Campanha em 2005 e 2006:

| | ANO I – 2005 | ANO II - 2006 |
|-------------------------------------|--|-------------------------------------|
| Municípios mapeados | 118 municípios | 202 municípios |
| Amostra de diagnóstico sobre acesso | 48 municípios | 84 municípios |
| Dados de não acesso | Da amostra, em cerca de 60% não houve acesso | Da amostra, em 70% não houve acesso |
| Denúncias | Em 14% | Em 31% |
| Retorno dos promotores | Retorno de 36 municípios | Retorno de 81 municípios |

A Campanha em 2007

- 130 municípios mapeados;
- 44 oficinas/encontros sobre fiscalização realizadas;
- 52 municípios tentaram acessar as contas; 37 conseguiram;
- 34 municípios declaram ter acesso (a maioria com dificuldade) ao MP; 18 não têm acesso.
- Lançamento de 04 boletins periódicos;
- Reprodução e distribuição do vídeo “No rastro das contas”;
- Produção de dossiês com casos emblemáticos;

A Campanha em 2007

Alguns avanços...

- Ingresso com ação civil pública pelo promotor de Itabuna para disponibilidade das contas públicas;
- Recomendação do MP para realização de TAC para disponibilidade das contas onde não houve acesso;
- Realização de TAC para disponibilidade das contas em Camacan;
- Sentença em Gentio do Ouro condenando vereador a pagamento de multa de R\$ 25 mil em razão da não disponibilidade das contas públicas;
- Sentença de Ituberá: multa revertida para a Campanha;
- Ações Cíveis Públicas de Itaberaba;
- Contato com Governo do Estado;
- Pareceres do TCM.
- Em alguns municípios, envolvimento de mais organizações locais.

Avaliação e Perspectivas...

Entidades promotoras

- AATR - Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia
- Área Social da Diocese de Ruy Barbosa
- Cáritas Brasileira/Regional Nordeste 3
- CAA - Centro de Assessoria do Assuruá
- *ESPASSO - Espaço de Participação Social (em 2005 e 2006)*
- FASE/Bahia - Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educacional na Bahia
- *MOC - Movimento de Organização Comunitária (em 2005 e 2006)*

Apoiadores da Campanha

- *Ministério Público do Estado da Bahia (em 2005 e 2006)*
- *CGU – Controladoria Geral da União (em 2005 e 2006)*
- *ABI - Associação Bahiana de Imprensa (em 2005 e 2006)*
- *CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço (em 2005)*
- MISEREOR (em 2006 e 2007)

Elogio do Aprendizado

Bertolt Brecht

(...)

*“Frequente a escola, você que não tem casa!
Adquira conhecimento, você que sente frio!
Você que tem fome, agarre o livro: é uma arma.
Você tem que assumir o comando.
Não se envergonhe de perguntar, camarada!
Não se deixe convencer!
Veja com seus próprios olhos!
O que não sabe por conta própria, não sabe.
Verifique a conta. É você que vai pagar.
Ponha o dedo sobre cada item
Pergunte: o que é isso?
Você tem que assumir o comando.”*